

Governo cria fila para doentes

O governo Fernando Henrique Cardoso decidiu criar a fila nacional dos doentes renais que dependem de um transplante de rim para continuar vivendo.

A obra é do Ministério da Saúde, que já avisou as Secretarias Estaduais de Saúde: a partir de junho, o Sistema Único de Saúde (SUS) só paga as cirurgias feitas nos hospitais com capacidade para realizar mais de dez transplantes por semestre.

Como os centros de transplantes com essa capacidade operacional estão concentrados nas maiores capitais, todas as unidades menores — aquelas localizadas no interior do País — serão expurgadas da lista de pagamentos do SUS.

O resultado será uma inédita fila de doentes renais nos corredores dos grandes hospitais em cidades como São Paulo.

É a burocracia empregando seu vigor para transformar solução em problema. Ela produziu a decisão em março de 1994, na forma de uma portaria (número 38-SAS-MS), com o objetivo de "dinamizar" a assistência pública aos doentes renais.

O choque com a realidade levou o ministério a esquecê-la numa gaveta, em Brasília.

Dali foi resgatada sob o pretexto de sempre —

"cumprir um objetivo social". E, assim, a partir do mês que vem, os cidadãos de poucos recursos que aguardam uma doação de rim para continuar vivendo serão obrigados a viajar até os grandes centros de transplantes.

No mundo real, aquele fora da órbita de Brasília, a maioria dos pacientes que hoje aguardam uma doação de rim nos serviços de hemodiálise de cidades do Interior paulista, como Presidente Prudente, Marília e Bauru, terão de percorrer cerca de 500 quilômetros, até São Paulo, para se candidatar a um transplante.

Na Capital, como se sabe, a fila já é imensa. A espera é de dois anos, em média, para se conseguir um rim doado e um transplante pago pelos cofres públicos.

Até agora, cada região cuidava dos seus doentes renais. No

circuito do Interior paulista funciona uma rede de centros de transplantes, interligados por uma instituição de Ribeirão Preto, especializada em avaliar as características de cada rim doado e indicar o paciente adequado para recebê-lo. Depois do exame, os órgãos são imediatamente transportados aos hospitais, de forma gratuita, pelos aviões da TAM.

Esses centros regionais, onde os doentes ficam na hemodiálise até surgir a oportunidade do transplante, agora acham-se ameaçados de desativação. O Ministério da Saúde exige que estejam realizando um mínimo de dez transplantes por semestre para continuar credenciados no Sistema Único de Saúde, a partir de junho.

Tudo muito bem, não fosse a realidade insistindo em atrapalhar os grandes planos governamentais.

Por exemplo: em Presidente Prudente (SP), a 1,3 mil quilômetros da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, há 100 doentes renais, pobres, na hemodiálise da Santa Casa local.

A maior parte dessas pessoas aguarda a chance de um transplante pago pelo Estado. O último a conseguir foi o aposentado Antônio Cruz Neto, 60 anos, duas semanas atrás.

Como não há doadores suficientes, Presidente Prudente aparece nas estatísticas do Ministério da Saúde com "baixo desempenho" em cirurgias de transplante de rim: realiza dez por ano, ou cinco por semestre, ou ainda uma por mês.

Dá a média de 10% de transplantes em relação ao número de pacientes em hemodiálise, o que está próximo dos padrões mundiais.

O governo, porém, exige o dobro. E o centro de transplante da Santa Casa de Presidente Prudente deverá ser descredenciado pelo SUS, a partir de junho.

Unidades regionais de capacidade semelhante também serão descredenciadas. Os doentes pobres vão ter de entrar numa fila a 588 quilômetros de distância, na porta dos hospitais da Capital.



■ José Casado é jornalista

Burocracia do Ministério da Saúde mostra seu vigor e prejudica quem precisa de transplante de rim